



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Consumo criativo como produção do espaço - Uma reflexão crítica sobre o urbanismo tático a partir de práticas socioterritoriais de antidisciplina

Autores:

Laura Fonseca de Castro - UFMG - lauracastro@gmail.com

Resumo:

A experiência cotidiana de uso dos espaços urbanos é atravessada pela condição neoliberal contemporânea. A partir de conceitos discutidos por David Harvey, Karl Marx, Michel Foucault, Michel de Certeau e Neil Brenner, propõe-se uma reflexão sobre consumo e produção dos espaços na pós-modernidade. O conceito de antidisciplina é a base para a análise do urbanismo tático como alternativa às estratégias do urbanismo neoliberal. Entretanto, ao reconhecer a importância das táticas na microescala do cotidiano, apontam-se as contradições inerentes a esse modelo considerando sua inserção na conjuntura capitalista. Exemplos de urbanismo tático serão analisados a fim de apontar distinções e aproximações socioeconômicas: os Space Hijackers de Londres (Reino Unido), a Praia da Estação de Belo Horizonte-MG, os parklets de San Francisco (Estados Unidos) e o Parquinho do Nego de Esmeraldas-MG. Eles revelam as condições de cooptação neoliberal em casos do Norte e do Sul global e também na escala territorial de centro e periferia das cidades. O consumo criativo vivido num bairro de periferia de uma cidade do Sul global revela a possibilidade de desvio do neoliberalismo.



CONSUMO CRIATIVO COMO PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Uma reflexão crítica sobre o urbanismo tático a partir de práticas socioterritoriais de antidisciplina

INTRODUÇÃO: O URBANISMO NEOLIBERAL

O neoliberalismo é a teoria que estabelece que o Estado, por meio das determinações de seu quadro institucional, deve defender a maximização das liberdades empresariais e individuais tendo como base a garantia dos direitos à propriedade privada, à liberdade individual, ao livre mercado e ao livre comércio como práticas políticas e econômicas que, a princípio, visam garantir o bem-estar humano. Fundamentado nessa teoria, o Estado deveria favorecer os direitos de propriedade individual por meio da criação de leis, normas, protocolos e aparatos institucionais que garantam o bom funcionamento do livre mercado e a circulação do capital privado. Tais arranjos institucionais estatais são essenciais no que se refere à gestão que regula a efetivação dos contratos e obrigações estabelecidas entre pessoas físicas, jurídicas e o Estado como argumento retórico principal de proteger o direito individual à liberdade de ação e expressão. Teoricamente, o aumento de produtividade e de lucro individual seria capaz de elevar o padrão de vida e eliminar a pobreza de toda a coletividade (HARVEY, 2005).

Nesse sentido, o pensamento neoliberal no âmbito do Estado aposta na privatização dos bens comuns como maneira de eliminar as barreiras de desenvolvimento econômico e de bem-estar social. Associada às práticas de concorrência, as privatizações seriam capazes de aumentar a eficiência, a produtividade e a qualidade de serviços e produtos a serem consumidos, ao mesmo tempo que esses se tornariam mais baratos e com menos impostos embutidos. As práticas neoliberais estatais também atuam sobre serviços de interesse social coletivo, tais como educação, saúde, segurança e também sobre o planejamento e gestão dos espaços públicos das cidades. Na prática, entretanto, o neoliberalismo manifesta contradições que geram graves consequências nos modos de vida urbanos, pois nem todos os indivíduos tem oportunidade e acesso ao conhecimento das mesmas informações. Portanto, a capacidade de tomar decisões relativas à economia e ao mercado é desigual. No caso da população pobre, essa característica é intensificada pela precariedade de acesso aos serviços sociais básicos. O Estado neoliberal omite essa assimetria de poder e enfatiza a responsabilidade individual sobre sucesso e fracasso pessoal, pois ele tem uma postura essencialmente hostil frente às formas sociais de solidariedade que se colocam como barreira à acumulação de capital e à propriedade privada (HARVEY, 2005).



Sob a perspectiva dos estudos urbanos, é notável que o espaço seja visto como mercadoria a ser vendida e consumida. Tanto em escala regional como local, percebe-se a ascensão de uma forma de planejamento estratégico que busca elevar as vantagens comparativas do território com base em sua eficiência pautada em padrões mercadológicos. As metrópoles brasileiras têm seu crescimento intensificado desde o processo de industrialização iniciado nos anos 1930, mas é a partir da década de 1980 que elas se tornam os principais focos de concentração de serviços, além das indústrias, e também de processos derivados da crise econômica (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). É com o intuito de se colocarem uma à frente das outras para receber investimentos privados que as cidades se engajam em estratégias de *city marketing*, que vende a imagem de superioridade de uma cidade e de seus atributos em comparação a outras, estabelecendo uma relação entre cultura, política e economia que visa o lucro financeiro (GARCIA; RIBEIRO, 1996). O agenciamento do espaço urbano para a venda evidencia o pensamento neoliberal do Estado, que coloca as práticas de mercado à frente dos interesses sociais de seus habitantes. Nesse sentido, destacam-se os processos de financeirização das terras urbanas, ou seja, do protagonismo do capital fictício relativo à propriedade privada de terrenos na cidade - que podem ser tanto do Estado quanto de pessoas jurídicas ou físicas - que atua em favor da especulação imobiliária e da segregação socioterritorial dos grupos mais pobres.

As contradições desse tipo de pensamento aplicado à cidade têm como consequência principal o aprofundamento do abismo de desigualdade já existente de acesso aos serviços e espaços urbanos pelos grupos marginalizados em um processo de segregação socioterritorial. O Estado neoliberal produz leis e marcos regulatórios para beneficiar os interesses das empresas e, de acordo com Harvey (2005), é notável que principalmente nas práticas do poder municipal, ele assuma a maior parte dos riscos a fim de se estabelecer competitivamente em relação às outras cidades, socializando os custos das operações urbanas, enquanto os lucros são privatizados. Nos casos em que a sociedade civil se articula em manifestações coletivas contra essas práticas, o Estado se encarrega de velar pelos interesses mercadológicos ao ativar instrumentos de vigilância e policiamento a fim de fazer valer a legislação coercitiva disciplinar que reprime as forças populares.

PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS DE ANTIDISCIPLINA

Levando em conta a discussão acerca do urbanismo neoliberal, que toma a cidade como produto a ser anunciado e vendido dentro do programa mercadológico inserido em uma rede global de cidades que competem entre si, a discussão de Michel de Certeau (1998) a respeito da inventividade dos consumidores e da esperteza dos pobres, grupo social que está à margem do livre mercado e que, portanto, não tem amplo acesso a bens e serviços privados, se torna interessante. De Certeau (1998) discute a presença de criatividade nas práticas ordinárias de apropriação das estruturas físicas urbanas do cotidiano. O autor argumenta que a astúcia dos consumidores e as diversas formas de subversão interpretativa dos produtos consumidos compõem uma rede de *antidisciplina*. A ideia é concebida a partir da antinomia do conceito foucaultiano de *disciplina*.

“A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se



exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as 'disciplinas'. " (FOUCAULT, 1999, p.118)

Os processos disciplinares são responsáveis pela formação social do que Foucault (1999) chama de corpos dóceis, que são corpos submissos e sujeitos a relações de poder impostas por termos econômicos de utilidade. Assim, a disciplina é responsável por aumentar a força referente à produtividade do corpo como força de trabalho alienado a ser explorado ao mesmo tempo que diminui a força desse mesmo corpo como ser político por meio de dispositivos de controle. Desse modo, o corpo é separado do poder como efeito de um processo contínuo de anulação política que se dá através de técnicas de coerção, vigilância e obediência (FOUCAULT, 1999). A disciplina, portanto, produz corpos que se submetem a exploração em processos de dominação que ocorrem a partir da internalização da ordem e do controle normativo do comportamento, que implica em uma mudança na percepção e nos modos de ação cotidianos na cidade que se voltam para a legitimação do rendimento produtivo, logo, se insere na lógica capitalista de trabalho, valor e dinheiro a partir do advento da modernidade.

Aqui se faz necessário introduzir alguns conceitos essenciais da teoria marxista para o entendimento das condições urbanas modernas em que o modo de controle social através do trabalho se desenvolveu. A modernidade tem como característica essencial as práticas da sociedade burguesa. Partindo da sociedade burguesa como objeto de estudo, Karl Marx (2004;2013) elaborou uma crítica das condições de trabalho como meio de compreensão da ordem burguesa e lançou os fundamentos para sua teoria da economia política. Sob a tutela de Hegel, Marx (2013) diz que a sociedade civilizada se realiza por meio do trabalho, por um processo de metabolismo entre pessoa e natureza que resulta em trabalho útil, efetivado materialmente. Mesmo que haja um produto ou obra que seja fruto do trabalho que em algum momento deixe de se relacionar com o trabalhador que a produziu como matéria, seria necessário o homem se reconhecer no trabalho que realiza. Afinal, se o trabalho produtivo livre é a maneira por meio da qual uma pessoa se realiza, então o trabalho estranhado, exteriorizado e alienado, que responde à necessidade por dinheiro imposta pelas relações de produção capitalistas, seria o responsável pela introdução de uma lógica desumana de reprodução de vida.

Para Marx (2004), alienação e exteriorização são conceitos que se referem ao movimento em direção à abstração do trabalho em detrimento de sua materialidade, decorrente da apropriação do trabalho pela lógica de propriedade privada, salário e dinheiro. Esse argumento é fundamental para a compreensão da hegemonia do *valor de troca* sobre o *valor de uso* das coisas na era moderna. O estranhamento, por sua vez, é o efeito que se manifesta no trabalhador decorrente das atividades de exteriorização. O trabalho estranhado consiste na inexistência de uma relação imediata entre o trabalhador e sua produção, ou seja, de quem produz com o que é materialmente produzido, pois é de propriedade privada de outra pessoa, do capitalista detentor dos meios de produção. Marx (2013) aponta também que o trabalho se inscreve na esfera da necessidade, ou seja, apesar de a atividade produtiva



ser essencial para que a pessoa se reconheça como ser genérico humano, ela também é indispensável para o suprimento de necessidades e para a reprodução da vida material. Nesse sentido, o autor afirma que a liberdade só começa onde termina o trabalho estranhado e alienado e que, por isso, deve-se prezar por condições dignas adequadas ao trabalhador e lutar pela redução da jornada de trabalho como condição de sua liberação (MARX, 2013). Assim, sem conhecimento crítico de sua condição alienada, o indivíduo passa a ser uma ferramenta a ser usada por outras ferramentas. Ele afirma nos manuscritos econômico-filosóficos:

“O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.” (MARX, 2004, p.80)

A alienação, para Marx (2004), se configura então como crítica filosófica à circunstância em que o trabalho realizado deixa de ser uma necessidade humana de contribuir para a essência da coletividade e se constituir como ser genérico e passa a ser uma atividade simultaneamente material e abstrata, ou seja, produz-se algo que não mais é uma manifestação espiritual na vida material do ser humano, mas, em vez disso, se restringe a ser o meio pelo qual ele recebe o dinheiro que dá acesso aos bens necessários para reproduzir a vida. Para isso, o trabalhador se empenha fisicamente em uma realidade alheia, estranha. Essa condição de exploração e estranhamento diante daquilo que é produzido e o consumo alienado é estruturante da vida de quem trabalha a partir da revolução burguesa que marca o período moderno. Basicamente, o mundo das coisas adquire uma proporção predominante a partir do momento em que o cotidiano do trabalhador é dividido em tempo de produção de trabalho estranhado e tempo de consumo para a reprodução da vida.

Michel De Certeau (1998) parte da prerrogativa que o mercado oferece bens pré-fabricados que são os produtos consumidos pela sociedade. A "invenção do cotidiano" - o título de seu livro - se refere a uma sociedade antidisciplinar capaz de inventar novos usos para os produtos, que vão além das maneiras programadas de apropriação dos bens de consumo. Assim, a sociedade antidisciplinar se baseia na postura criativa durante a experiência do consumo, no sentido de destacar a ação de criação da ação de consumo alienado. Desse modo, ela se difere do modelo de ordem disciplinar passivo em que as regras do sistema se fundamentam na repetição dos gestos e no condicionamento dos modos de vida de acordo com leis e normas atreladas ao modo de produção capitalista neoliberal. Nesse sentido, o consumo ativo e antidisciplinar que inventa novas possibilidades de uso para produtos pré-existentes se configura como produção (DE CERTEAU, 1998).

Quando de Certeau (1998) argumenta que o consumo pode ser uma forma diferente de produção, ele coloca a ação de consumir não como um simples ato que simboliza uma subordinação ao sistema capitalista, mas, sim, como algo que possibilita subverter o sistema



a partir de suas próprias regras. Assim, o modo de *uso* dos produtos disponibilizados pelo mercado qualifica a ação como uma adequação às práticas consumistas do mercado neoliberal ou como uma ação produtiva e crítica, que enfrenta os padrões de comportamento disciplinar. No caso urbano, os modos de apropriação cotidianos da cidade produzida dentro da lógica neoliberal podem se revelar como manifestações políticas contra a estrutura social de controle, que programa de maneira estratégica o comportamento do indivíduo.

No que se refere a práticas socioterritoriais, parte-se aqui do argumento que esse consumo não deve ser necessariamente alienado, mas que é possível que o uso criativo e antidisciplinar do espaço se configure como uma nova forma de produção desse espaço. Apresenta-se aqui a hipótese de que as formas inventivas de apropriação do espaço construído se colocariam como uma maneira capaz de desviar o programa neoliberal da cidade como bem consumível.

A terminologia desenvolvida por de Certeau (1998) que trata das *estratégias* e *táticas* se revela como uma tentativa de distinguir as iniciativas por trás das maneiras como as estruturas cotidianas são concebidas e apropriadas no espaço urbano. Na estratégia, o espaço não se relaciona com seus usuários no que se refere a apropriações espontâneas. Nesse sentido, a produção estratégica do espaço promove uma indiferença que mantém a identidade cultural, territorial e pessoal do indivíduo alheia à estrutura física do local, com a finalidade de facilitar a gestão das relações de poder. A passividade é estimulada em favor do consumo. Assim, apropriação do espaço pelo usuário se estabelece a partir de uma relação de fetichismo que abstrai as possibilidades de uso criativo dos objetos e que favorece seu valor de troca. Ao contrário da estratégia, a tática é aberta para que os mesmos produtos sejam consumidos, porém de um modo ativo, o que eleva as múltiplas possibilidades de uso de acordo com as demandas da ocasião - localizada no tempo e no espaço. Na tática, manifesta-se o caráter inventivo do consumo, a postura criativa que se dá de maneira a subverter o uso programado, funcional e passivo para a mercadoria. Logo, o consumo criativo é tático e, de acordo com autor, conforma um novo tipo de produção. Assim, a produção tática do espaço se compõe por práticas despreziosas do cotidiano que revelam espertezas locais, que reinterpretam a função pré-estabelecida das estruturas existentes (DE CERTEAU, 1998).

O comportamento tático é aberto para a desobediência, interpretação, inventividade e autonomia. Enquanto a cidade planejada estrategicamente tem como efeito a disciplina e o controle do comportamento capaz de diminuir a potência inventiva dos usuários, dos trabalhadores alienados, dos indivíduos subordinados às relações de poder disciplinares ordenadas pelo capital, percebe-se nas ações táticas, tanto as individuais quanto as coletivas, o elemento crítico essencial para produção de autonomias e desvios dessas relações. A atualização inventiva na maneira de consumir os elementos pré-fabricados se estrutura nas práticas cotidianas, que por sua vez passam a ser manifestação política que cria situações de enfrentamento ao poder estratégico. Consideradas coletivamente, as apropriações táticas cotidianas revelam uma postura ativa contra a ordem e contra a passividade da sociedade disciplinar.

EXPERIÊNCIAS DE URBANISMO TÁTICO E A COOPTAÇÃO NEOLIBERAL NO CENTRO E NA PERIFERIA



O urbanismo tático evidencia a necessidade de atualizar o espaço através de seu uso e dão relevo às questões levantadas pela comunidade local por meio da apropriação inventiva das estruturas espaciais já existentes no lugar. Também conhecido como "urbanismo faça-você-mesmo" (*DIY Urbanism*) e como "urbanismo de guerrilha", o urbanismo tático seria uma tentativa de produzir o espaço urbano de maneira a representar as lutas das comunidades que o habitam, a fim de redefinir os limites, significados e organização de sua esfera pública. Pequenos grupos e indivíduos se engajam ativamente na contestação e na reconfiguração dos espaços a partir de atos que operam na microescala de seu território, que são capazes de promover mudanças na cidade hegemonicamente orientada em favor de interesses heterônomos do Estado neoliberal. Suas ações não demandam grandes investimentos financeiros nem de infraestrutura e, por isso, são capazes de articular agentes locais em torno do estabelecimento de relações de troca e crítica capazes de desestabilizar a orientação estratégicas presentes nos espaços públicos em prol da possibilidade de novas interações e usos (HOU, 2010).

O modo de ação do urbanismo tático se dá em ações de pequena escala que buscam provocar a discussão do uso que se faz do espaço por meio de seus aspectos de função e significado. A autoprodução desses espaços urbanos se dá por meio da apropriação de espaços de uso comum, reformas, eventos temporários, *flash mobs* e criação de lugares de encontro informal organizados predominantemente por comunidades marginalizadas social, cultural e/ou territorialmente. Essas insurgências desafiam a noção convencional, normalizada e codificada de produção do espaço e não limitam seu aspecto público a ações localizadas em parques e praças do centro da cidade formal. Apesar de se articular por meio de iniciativas locais auto-organizadas em microescala, o urbanismo tático pode se configurar como ferramenta de planejamento e desenho urbanos que permite a experimentação de uma proposta, o reconhecimento de suas falhas e a abertura para possibilidade de correção e reestruturação. (LYDON; GARCIA, 2015) As diversas maneiras de produzir o espaço são operadas a partir da promoção de encontros e de trocas cotidianas que potencializam o acontecimento de fóruns de discussão sobre os lugares, expandindo a noção de comunidade presente no espaço público. No entanto, no urbanismo tático a produção do espaço se dá através do engajamento da comunidade local e da mídia na crítica das políticas públicas e das parcerias que estabelece com os setores de capital privado. (HOU, 2010).

Retomando o conceito de tática apresentado anteriormente, é importante frisar que Michel de Certeau (1998) destaca em sua obra a esperteza do pobre, a astúcia que permite inventar novos modos de empregar os produtos disponibilizados pela ordem econômica dominante. Ele aponta para a possibilidade de uma "politização das práticas cotidianas" (1998, p.45) a partir do momento em que o mais fraco tira partido dos recursos do mais forte em seu favor através de táticas de consumo, desvirtuando seu objetivo programado.

"Sempre é bom lembrar que não se deve tomar os outros como idiotas.'
Nessa confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema à sua mobilidade tática, no respeito dado ao fraco, sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado diante das estratégias do forte, dono do teatro de operações, se esboça uma concepção política do



agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos." (DE CERTEAU, 1998, p.19-20)

Nesse sentido, é importante fazer uma distinção das apropriações e considerar o contexto socioeconômico dos espaços onde o urbanismo tático se faz, de acordo com sua condição de periferia ou de centro. Com o objetivo de discutir as experiências de uso e de produção autônoma coletiva dos espaços da cidade a partir da diferença entre os atores e os fatores envolvidos nesses contextos e também a escala temporal em que se desenvolvem e permanecem no espaço, serão apresentados quatro exemplos brasileiros e estrangeiros de produção do espaço através que podem ser caracterizados como urbanismo tático: i) um acontecimento efêmero na região central de uma cidade localizada no centro global; ii) um modelo de construção desenvolvido na periferia de uma cidade do centro global; iii) um acontecimento efêmero na região central de uma cidade da periferia global; iv) e, finalmente, uma construção feita num bairro de periferia de uma cidade periférica na escala global. Todos os casos analisados se tratam de práticas antidisciplinares socioterritoriais que acontecem no cotidiano, produzidas coletivamente em microescala que aparecem em contraposição as práticas de planejamento e gestão estratégica das cidades sob a perspectiva da relação neoliberal entre Estado e Capital. É necessário reafirmar que seleção dos exemplos que ilustram as táticas urbanas neste artigo foi feita de modo a transitar entre as diferentes escalas e posições no que se refere às relações de centro e periferia: i) Os Space Hijackers fazem provocações políticas no metrô circular no centro de Londres (Reino Unido); ii) a criação dos *parklets* em San Francisco, na Califórnia (Estados Unidos); iii) a Praia da Estação, evento que acontece em Belo Horizonte, em Minas Gerais (Brasil); iv) o Parquinho do Nego construído na margem de um rio no bairro Icaivera, localizado na fronteira dos municípios de Esmeraldas, Betim e Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Brasil).

Essas quatro experiências narradas aqui se baseiam no saber da distância e da diferença - seja espacial, econômica ou política – a partir de relatos feitos pelas pessoas que se envolveram diretamente na produção tática desses espaços. Desse modo, a experiência cotidiana é retomada a partir da sobreposição de espacialidades produzidas e vividas em condições sociais e culturais específicas. As experiências de urbanismo tático apresentadas neste trabalho são registros de um cotidiano que não anunciam nem denunciam necessidades absolutas aplicáveis a qualquer lugar e a qualquer tempo. Ao contrário, seus participantes narram¹, e, justamente por isso, elas têm valor para a discussão acerca da produção e, sobretudo, da experiência de uso da cidade.

¹ Para Walter Benjamin (1987), a narrativa é a capacidade de trocar experiências. O narrador assimila situações vividas por ele e por outras pessoas, seu dom é transmitir histórias de vida a partir de um acervo acumulado de experiências próprias junto com outras de que ouviu falar, de modo que nunca está solitário em sua jornada. Mesmo quem escuta ou lê a narrativa se sente na companhia do narrador. Diferente de romances épicos, de informações da imprensa e de relatórios convencionais, a narrativa não depende de um suporte escrito. Muito antes da invenção da imprensa moderna, contava-se histórias. Além disso, a narrativa permanece importante mesmo quando deixa de ser novidade. Mesmo que recontada em outros lugares e tempos, ela permanece passível de ser atualizada, pois a narrativa sabe dar conselhos. Nas palavras de Benjamin (1987, p.200), "o senso prático é uma das características de muitos narradores natos". Assim, o narrador traz para o aqui e o agora histórias de longe, seja de outros lugares, seja de outros tempos, e com elas tece conselhos baseados na experiência viva (BENJAMIN, 1987).



Os arquitetos anarquistas do coletivo Space Hijackers de Londres e as festas que ocupavam os vagões dos trens em movimento dentro dos túneis da linha circular de metrô da cidade com música, luzes, bebidas, comidas e barras de *pole dance* que rapidamente eram disfarçados quando se chegava nas estações de parada. Essas ações se configuram como tática de guerrilha, pois se colocam politicamente contra a proibição do consumo de bebidas alcoólicas no transporte público da cidade. A primeira *Secret Circle Line Party* aconteceu em 1999 e se repetiu outras três vezes, a última no ano de 2010 (SPACE HIJACKERS, 2017). Esses eventos eram anunciados através do site do coletivo e compartilhado pela rede. No primeiro evento, participaram cerca de cento e cinquenta pessoas, e, no último, cerca de duas mil. Esse tipo de evento provocador corrrompe o sistema de controle autoritário do comportamento programado para o espaço ao fragmentar a história por meio da ressignificação do lugar e possibilita ampliar suas alternativas futuras através das pessoas que o ocupam em vez do sistema de códigos que o regulamenta.

Como segundo exemplo de prática de urbanismo tático abordaremos os *parklets*, ocupação de vagas de estacionamento na rua inicialmente deslegitimada pelo poder público, mas que foi absorvida pelo aparelho de Estado como solução para os problemas urbanos de insuficiência de espaços destinados ao lazer. A regulamentação dos *parklets* surgiu de uma experiência de urbanismo tático chamada *Park(ing) Day*, que aconteceu a primeira vez no bairro East Cut de San Francisco nos Estados Unidos em setembro de 2005, criada por um grupo de amigos que contestava a função social das vagas de estacionamento nas vias públicas. Eles ocuparam uma vaga de estacionamento com grama sintética, um vaso com uma árvore e um banco e em poucos minutos transeuntes ocuparam o espaço para almoçar, descansar e conversar. Os desdobramentos midiáticos do acontecimento fizeram com o que os amigos fundassem uma organização não-governamental (ONG) chamada Rebar que elaborou um manual com orientações sobre os aspectos técnicos e conceituais que alguns meses depois recebeu da *Trust for Public Land* - ONG que possui atividades em escala nacional nos Estados Unidos -, que se associou diretamente com programas estatais e que replicou a ideia em outras trinta e uma cidades em um ano. Assim, o que se iniciou como uma ação autônoma coletiva local de pequena escala, se ampliou como prática capaz de ser reproduzida em outras conjunturas. A prefeitura de San Francisco solicitou ao Rebar que desenvolvesse um modelo de instalação mais permanente que o *Park(ing) Day* para a implantação do programa *Pavement to Parks* (“Asfalto para Parques”) que foram chamados de *parklets*, espaços de uso público que ocupam vagas de estacionamento de rua e que são patrocinados por empresas locais (DAVIDSON, 2013).

Nos países capitalistas centrais, e notadamente nos Estados Unidos, o urbanismo tático tem um caráter autônomo fortemente individualista em detrimento da construção de uma autonomia coletiva que se manifesta espacialmente em uma comunidade. Hoje, nota-se que o conceito dos *parklets* se difundiu e se estabeleceu como prática incentivada pela legislação municipal de muitas prefeituras de grandes cidades, inclusive muitas no Brasil. Se nas primeiras instalações dos *Park(ing)* grupos reordenavam taticamente o espaço de vagas de carro para atender à demanda de mais praças e espaços públicos abertos à população, atualmente eles se encontram em outro ciclo de reprodução capitalista do espaço, foram incorporados na lógica de mercado e são usados como uma maneira de estender a área privada de comércio e prestação de serviços particulares, notadamente de bares e cafés, que usam os *parklets* para servirem seus clientes e acabam por constranger as pessoas que não

são consumidoras do estabelecimento, mesmo sendo oficialmente considerados espaços públicos.

O terceiro exemplo abordado é a "Praia da Estação" em Belo Horizonte. Ela também é um acontecimento tático de natureza provocadora, uma "praia de cimento da lúdica revolução" (MUSA, 2015, p.19). Em 2010 um grupo de mais ou menos trinta pessoas se reuniu na Praça da Estação, localizada no centro de Belo Horizonte, para protestar contra o decreto do prefeito que proibia a realização de eventos em espaços públicos da cidade. Os manifestantes geralmente portam roupas de banho, levam cadeiras de praia, guarda-sol, caixas de isopor e instrumentos musicais enquanto banhistas usam as fontes de água e caminhão-pipa pago por financiamento coletivo espontâneo entre os presentes. Desde que aconteceu pela primeira vez, a "Praia" ocupa a praça frequentemente e já serviu de referência para a organização de blocos de carnaval de rua e outras organizações autônomas de cunho político.

A "Secret Circle Line Party" e a "Praia da Estação" não alteram profundamente a estrutura material da cidade no momento em que se realizam, mesmo assim revelam novas possibilidades de uso capazes de subverter as normas de comportamento no espaço público e, notadamente, articulam a comunidade local na elaboração coletiva de uma crítica às formas de governo e ao controle normativo do comportamento. Os eventos acontecem espontaneamente, se pretendem horizontais e autogestionados, por isso a quantidade de pessoas presentes engajadas pode variar entre dezenas e centenas de acordo com o dia. Independentemente de dados quantitativos, o que se nota é a potência política desses acontecimentos que parte da apropriação crítica e democrática do espaço público.

Assim como foi apresentado no exemplo dos *parklets*, o urbanismo tático pode ter um caráter menos efêmero no que se refere à ocupação e uso do espaço. Um caso interessante a ser analisado é o "Parquinho do Nego", localizado no bairro Icaivera, na divisa dos municípios de Contagem, Betim e Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Nego, dono de um bar em frente a um terreno público localizado na margem de um rio e usado como depósito de entulho, decidiu usar os próprios materiais abandonados ali para fazer um espaço de lazer para as crianças do bairro. Ele construiu brinquedos, mesas e cadeiras a partir desses entulhos fazendo o que ele chamou de "gambiarra" baseado em conhecimentos adquiridos "no Youtube e enciclopédias" (CARNEIRO, 2017). Ou seja, ele fez uma improvisação com os recursos e as técnicas que ele tinha disponível na situação a fim de atualizar o uso daquele lugar. Ao alterar criticamente a estrutura física do espaço e abrir a possibilidade para outros usos comunitários, Nego realizou ali um desvio tático no espaço.

Ele afirma que circulam pelo parquinho entre cinquenta e cem crianças por semana (CARNEIRO, 2017). É interessante notar que partir do momento em que ele propõe um novo uso para o espaço, ele traz à tona questão urbana da falta de parques e praças no bairro, equipamentos públicos que deveriam ser de responsabilidade do governo local. Porém, ao tomar para si tal responsabilidade, Nego se colocou em uma posição vulnerável no que se refere ao controle do governo, pois, por se tratar de construções perenes, não se poderia desconsiderar a existência da legislação que rege a ocupação do espaço público. Assim, perante a legislação, ao construir na margem do rio e ao ocupar uma faixa de preservação permanente para espaço de uso público sem autorização do órgão competente, Nego,



tecnicamente, cometeu uma irregularidade e está sujeito a sofrer penalidades. Por esse motivo e por já ter passado por fiscalizações decorrentes de denúncias de alguns vizinhos, atualmente a comunidade local está engajada no esforço de “legalizar” a nova ocupação do terreno público (CARNEIRO, 2017). Considerando que Nego entrevistado no espaço com o apoio de grande parte da vizinhança para requalificar o espaço para uso público sem o interesse de tomar sua posse privada, mesmo que não seja um consenso entre todos os habitantes do território, é importante discutir a legitimidade da ação que toma para sua responsabilidade de alterar as condições espaciais em um contexto de “periferia da periferia”, onde é possível perceber a negligência e a falta de interesse tanto por parte do Estado quanto por parte do capital privado.

Sob o aspecto do espaço voltado para o consumo, não se deve ignorar a semelhança dos *parklets* com o parquinho do Nego, visto que ele mesmo afirma que quando os pais levam as crianças para brincar acabam comprando produtos no seu bar, logo, a existência do parquinho aumentou o lucro do seu negócio particular (CARNEIRO, 2017). Levando adiante a possibilidade de a ocupação de terrenos na margem de rios urbanos para a construção de parques públicos como situação legitimada por lei, a questão da mercantilização do lugar é importante de ser levada em conta. Considerando a postura autônoma da comunidade que atua sobre seu próprio território, coloca-se uma contradição interessante a ser analisada: o urbanismo tático que a princípio se estabelece como alternativa à atuação das instituições públicas poderia acabar reforçando o regime neoliberal aos quais ele faz oposição?

Nos exemplos apresentados, nota-se que o Estado tem uma postura autoritária nos centros das cidades, com o controle direto sobre o comportamento da população, e, em contraposição, uma postura omissa nas periferias, onde negligencia suas responsabilidades de defender a justiça social e limita os recursos destinados à manutenção da qualidade de vida para as populações pobres. No caso da periferia de uma cidade de centro global, nota-se que mesmo que a ação não tenha sido legitimada a princípio, o acesso a técnicas e tecnologias de construção e comunicação facilitam o amplo partilhamento das experiências. A contradição apontada quanto à possibilidade de cooptação da tática por interesses capitalistas evidencia as possíveis tensões relacionadas a ações no espaço público que se originam de iniciativas privadas, pois seria necessário questionar como se dá o processo de tomada de decisão e de quem são os interesses que intervêm no espaço. Aqui, coloca-se outra questão: quais são os limites de atuação do neoliberalismo, tanto aquele agenciado pelo Estado quanto aquele que se dá diretamente por entidades privadas, em contextos de precariedade tangível e sensível, em situações de “periferia da periferia”?

De acordo com Neil Brenner (2016), algumas características do urbanismo tático contribuem para a possibilidade de ser cooptado pelos códigos capitalistas que coordenam o tecido social urbano. Como foi discutido, a característica fundamental do urbanismo chamado neoliberal é a capitalização de ativos de instituições públicas em conjunto com a coordenação dos territórios urbanos por parte de atores privados que coordenam a vida cotidiana coletiva por meio de relações de mercado. A consequência perversa de tal modelo de urbanismo é a precarização espacial e social dos lugares autogestionários não vinculados a atores privados. Como uma reação a essa condição contemporânea, o urbanismo tático se manifesta em intervenções imediatas localizadas em microescala de espaço e tempo e trata de questões consideradas urgentes pela comunidade, que atua de maneira participativa dentro de um



modelo de "faça você mesmo" em oposição ao método totalizador de planejamento urbano típico dos projetos estatistas, que, como discutido anteriormente, corrobora para a produção do espaço em função do capital, é impositiva nos centros e negligente nas periferias.

Ao colocar soluções informais, paliativas e imediatas para problemas urbanos estruturantes de um território - tal como a precariedade ou ausência de espaços públicos de lazer - que poderiam ser abordados de maneiras mais aprofundada, cuidadosa e definitiva em programas, planos e projetos de médio e longo prazo, o discurso do urbanismo tático acaba por aliviar as responsabilidades do governo. Dessa maneira, além de não colaborar com a ampliação da luta coletiva por justiça social, também reforça as práticas neoliberais, pois legitima e sedimenta os laços entre governo que não se preocupa com questões locais coletivas que se omite quanto à responsabilidade de produção e gestão do espaço. Logo, pode-se notar a transferência da responsabilidade sobre os impactos urbanos, econômicos e sociais para os cidadãos, que se vêem vulneráveis frente a iniciativas privadas estratégicas. Assim, a contradição do urbanismo tático reside justamente no caráter tático, que diminui a importância das instituições públicas ao mesmo tempo que não propõe uma revolução do marco regulatório que orienta o desenvolvimento urbano (BRENNER, 2016).

DESDOBRAMENTOS INVENTIVOS NA PERIFERIA DA PERIFERIA

A presente discussão suscita perguntas relativas ao uso do espaço como apropriação de elementos urbanos existentes enquanto meio de manifestação antidisciplinas no cotidiano e também apresenta o urbanismo tático como possibilidade de as comunidades locais experimentarem soluções espaciais autônomas que são críticas ao modelo totalizador e burocrático do Estado ao mesmo tempo que, contraditoriamente, reforçam as práticas do urbanismo neoliberal. A questão das experiências táticas lida diretamente com o risco de enquadramento e apaziguamento de seu caráter crítico uma vez que estão inseridas na lógica neoliberal da cidade contemporânea. No entanto, esse aspecto é inerente aos processos de reivindicação espacial, pois tal apaziguamento é efeito da modernidade, visto que na metrópole moderna orientada pelo capital o indivíduo está constantemente exposto a mudanças de conjuntura política, ética e estética. Uma tática de combate à acomodação dos movimentos de insurgência de conduta e das práticas de guerrilha poderia se dar através de um método de narração e partilhamento coletivos dos processos vividos, mais que do que de resultados alcançados e suas características passíveis de mercantilização.

Os movimentos urbanos que se manifestam por meio de táticas revelam que não apenas o caráter econômico do espaço, correspondente a seu valor de troca é considerado ao longo da vivência diária da comunidade que o habita, mas que o território é a base para a experiência urbana, logo, eleva-se seu *valor de uso*, usando os termos de Marx (2013). Ou seja, essas práticas espaciais atuam na cidade contemporânea como uma alternativa à lógica de produção formal dos espaços regulada pelo Estado e pelo mercado, marcada pela em favor da produção de um território autônomo. Assim, o espaço produzido socialmente pelas comunidades locais se revela como uma contraposição às práticas racionalizadas e homogêneas determinadas pelo governo.



As práticas insurgentes e os movimentos de resistência ao planejamento urbano orientado pelo capital levantam a questão da antidisciplina e das ações táticas dos grupos socioterritoriais como processo de manifestação das diferenças localizadas espacialmente que almejam a autonomia. É interessante refletir a respeito dessa prática cotidiana engajada na questão política na escala local dentro da metrópole urbana. A maneira tática de produzir a cidade a partir das periferias reconhece sua legitimidade a partir da multiplicidade de formas de interação sociais e econômicas que se materializam no espaço vivido e reivindicado por quem o habita e se apropria dele no cotidiano, e não por quem calcula estrategicamente seu valor e tem interesse em manter sua condição de periferia amordaçada dentro de um plano de totalidade centralizadora.

Considerar as múltiplas autonomias territoriais táticas manifestadas através do consumo criativo, principalmente aquelas que surgem em espaços de periferia negligenciados tanto pelo poder estatal quanto pela iniciativa privada, é afirmar uma produção do espaço que parte essencialmente de ações que se colocam criticamente contra a ordem de controle disciplinar neoliberal praticada pelo Estado. Sob a perspectiva de tais práticas antidisciplinares, pode-se concluir que a cidade contemporânea vivida no cotidiano de sua pequena escala se abre à possibilidade de uma atuação localizada também na periferia da lógica econômica e política capitalista de planejamento e gestão. Ou seja, sem romantizar a precariedade de recursos materiais que é essencialmente a causa e a consequência do “urbanismo faça você mesmo” nessas condições de consumo criativo, percebe-se que na periferia da periferia a criatividade do consumo dos bens pré-fabricados é uma necessidade, mas também se constitui plenamente como tática, pelo simples fato de a abordagem espacial estratégica não interessar a outros atores externos à comunidade local. A tática é a principal, e por vezes a única, opção na busca da construção do espaço adequado às demandas cotidianas de pequena escala e, por isso mesmo, se configura como um ponto de falha do urbanismo neoliberal e pode se desenvolver como um modo revolucionário de produção.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. (1936) O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. v.1, 3 ed. (Trad. Sergio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1987, p.197-221.
- BRENNER, Neil. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? In: *e-metropolis* - Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, n.27, ano 7, p.6-18, dez 2016. (online) Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis_27_capa.pdf?1485998522>, acesso em 27/08/2017.
- CARNEIRO, João. 'Rei da gambiarra', dono de bar transforma terreno em parquinho. Contagem - MG, 10/07/2017 às 2:00. In: *Folha de São Paulo*, Seção Cotidiano. (Online) Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1899761-rei-da-gambiarra-dono-de-bar-transforma-terreno-em-parquinho.shtml?cmpid=compfb>>, acesso em 11/07/2017.



DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano - 1: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998

DAVIDSON, Mariko Mura. *Tactical urbanism, public policy reform, and 'innovation spotting' by government: from Park(ing) Day to San Francisco's parklet program*. 2013. 63f. Dissertação (Master em City Planning) - Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999

GARCÍA, Fernanda Sánchez; RIBEIRO, Ana Clara Torres. City Marketing: a nova face de gestão da cidade no final de século. In: *Cultura e Política: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas*. São Paulo: Hucitec /ANPOCS, 1996, p.103-125.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

HOU, Jeffrey. (ed.) *Insurgent Public Space*. Guerrilla Urbanism and the remaking of the contemporary city. Nova York: Routledge, 2010.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. *Tactical Urbanism*. Short-term action for long-term change. Washington: Island Press, 2015.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos* (Trad. Jesus Ranieri) São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 1 - O processo de produção do capital. (Trad. Rubens Enderle) São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSA, Priscila Mesquita. *Movimentos Imagem*. 2015. 287f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2015.

SPACE HIJACKERS. *Projects*. 2017.(online) Disponível em: <<https://spacehijackers.org/html/projects.html>>, acesso em 28/08/2017.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. In: *Cadernos Metrópole - Financeirização, mercantilização e urbanismo neoliberal*, v. 19, n. 39, pp. 95-116, maio/ago 2017. ISSN: 2236-9996.